

ÁGORA

INVESTIMENTOS

Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 74.014.747/0001-35
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 3º Andar, Bela Vista, São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Ágora CTVM ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Ágora CTVM atua no mercado financeiro, intermediando a compra e a venda de ações, contratos futuros de *commodities*, ativos financeiros, índices, opções, aluguel de ações e contratos a termo nos mercados primário e secundário. Oferece um leque diversificado de produtos, como clubes de investimento, títulos públicos, títulos privados de renda fixa, fundos de investimento, carteiras recomendadas e Certificado de Operações Estruturadas (COE), além de participar de ofertas públicas e de todos os ativos admitidos a negociação na B3 e no mercado de balcão organizado, prestando, assim, serviço diferenciado para clientes pessoa física e jurídica, investidores institucionais e investidores não residentes no país.

Os clientes pessoa física e jurídica correntistas e não correntistas têm à sua disposição canais via *Web*, como o Painel do *Trader*, ou via *mobile*,

como *app* Ágora Investimentos, para efetuar suas transações de forma *on-line* com total agilidade, rapidez e segurança, além disso, podem utilizar plataformas profissionais de negociação.

Em 29 de novembro de 2019, foi firmado Instrumento de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial do Patrimônio Líquido da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários com versão de parcela cindida para a Ágora CTVM, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2019.

No exercício, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 8,9 milhões, correspondente a R\$ 625,99 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 474,3 milhões e Ativos Totais de R\$ 1.192,8 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

São Paulo, SP, 4 de fevereiro de 2020.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2019	2018		2019	2018
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	1.025.620	516.555	CIRCULANTE	708.471	367.497
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	16.682	5.643	OUTRAS OBRIGAÇÕES	708.471	367.497
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	685.000	203.599	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3	1
Aplicações no Mercado Aberto	685.000	203.599	Sociais e Estatutárias (Nota 16c)	85	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	178.214	267.830	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	3.651	1.952
Carteira Própria	111.487	251.576	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	680.723	350.530
Vinculados à Prestação de Garantias	66.727	16.254	Diversas (Nota 15b)	24.009	15.014
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	6.096	1			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	6.123	1			
(Provisão)/Reversão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	(27)	-			
OUTROS CRÉDITOS	138.070	38.097	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	10.014	12.323
Rendas a Receber (Nota 9a)	1.405	254	OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.014	12.323
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	106.909	31.024	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	2.609	2.049
Diversos (Nota 9b)	29.884	7.440	Diversas (Nota 15b)	7.405	10.274
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	(128)	(621)			
OUTROS VALORES E BENS	1.558	1.385			
Despesas Antecipadas (Nota 10)	1.558	1.385	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	474.331	462.766
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.546	207.107	Capital:		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	76	168.265	- De Domiciliados no País (Nota 16a)	286.050	284.000
Carteira Própria	76	144.561	Reservas de Lucros (Nota 16b)	186.311	177.462
Vinculados à Prestação de Garantias	-	23.704	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.970	1.304
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	-	21.896			
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	-	22.000			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	-	(104)			
OUTROS CRÉDITOS	3.470	16.946			
Diversos (Nota 9b)	3.470	16.946			
PERMANENTE	163.650	118.924			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	3.216	3.311			
Participações em Coligadas e Controladas:					
No País	2.309	2.224			
Outros Investimentos	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	10.500	6.690			
Outras Imobilizações de Uso	28.925	19.882			
Depreciação Acumulada	(18.425)	(13.192)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	149.934	109.103			
Ativos Intangíveis	175.915	132.576			
Amortização Acumulada	(25.981)	(23.473)			
TOTAL	1.192.816	842.586	TOTAL	1.192.816	842.586

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.312	47.801	54.570
Operações de Crédito	3.392	7.508	8.259
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	18.920	40.293	46.311
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	611	669	(228)
Operações de Captações no Mercado	(4)	(4)	-
(Provisão)/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	615	673	(228)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22.923	48.470	54.342
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(25.157)	(41.106)	(58.384)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 17)	24.769	44.785	51.865
Despesas de Pessoal (Nota 18)	(20.099)	(35.420)	(31.116)
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(25.711)	(49.625)	(56.382)
Despesas Tributárias (Nota 20)	(3.467)	(6.178)	(6.620)
Resultado de Participação em Controlada (Nota 11a)	41	87	91
Outras Receitas Operacionais (Nota 21)	408	6.926	1.883
Outras Despesas Operacionais (Nota 22)	(1.098)	(1.681)	(18.105)
RESULTADO OPERACIONAL	(2.234)	7.364	(4.042)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(2.234)	7.364	(4.042)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 24a e b)	5.422	1.570	696
Provisão para Imposto de Renda	(48)	(72)	(1.145)
Provisão para Contribuição Social	(21)	(44)	(947)
Ativo Fiscal Diferido	5.491	1.686	2.788
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	3.188	8.934	(3.346)
Número de ações (Nota 16a)	14.271.890	14.271.89	14.271.89
Lucro por lote de mil ações em R\$	223,38	625,99	(234,45)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro (Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.234)	7.364	(4.042)
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.928	6.571	8.022
Resultado de Participação em Controlada	(41)	(87)	(91)
Depreciações e Amortizações	2.784	5.447	7.040
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(615)	(673)	228
Despesas com Provisões Cíveis e Trabalhistas	1.800	1.884	845
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	1.694	13.935	3.980
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	11.698	11.698	-
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(685.000)	(685.000)	-
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	12.988	15.802	(11.457)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(101.068)	(84.312)	(1.200)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	229.649	323.619	(20.571)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(396)	(396)	(20.457)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	530.435	(404.654)	(49.705)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aumento em Títulos Disponíveis para Venda	(4.632)	258.027	(13.745)
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(2.475)	(2.473)
Alienação Imobilizado de Uso	3	3	-
Aquisição de Intangível	(22.934)	(43.461)	(103.068)
Dividendos Recebidos	-	-	1
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(27.563)	212.094	(119.285)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	-	-	(202)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	-	(202)
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(557.998)	(192.560)	(169.192)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	574.680	209.242	378.434
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	16.682	16.682	209.242
(Redução)/Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(557.998)	(192.560)	(169.192)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
Eventos						
Saldos em 30.6.2019	284.000	-	7.802	175.351	1.567	468.720
Aumento de Capital por Cisão	-	2.050	-	-	-	2.050
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	403	-	403
Lucro Líquido	-	-	-	-	3.188	3.188
Destinações: - Reservas	-	-	159	2.999	(3.158)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(30)	(30)
Saldos em 31.12.2019	284.000	2.050	7.961	178.350	1.970	474.331
Saldos em 31.12.2017	284.000	-	7.515	173.293	531	465.339
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	773	-	773
Prejuízo Líquido	-	-	-	-	(3.346)	(3.346)
Destinações: - Reservas	-	-	-	(3.346)	3.346	-
Saldos em 31.12.2018	284.000	-	7.515	169.947	1.304	462.766
Aumento de Capital por Cisão	-	2.050	-	-	-	2.050
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	666	-	666
Prejuízo Líquido	-	-	-	-	8.934	8.934
Destinações: - Reservas	-	-	446	8.403	(8.849)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(85)	(85)
Saldos em 31.12.2019	284.000	2.050	7.961	178.350	1.970	474.331

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais há capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)
Representadas por operações na B3 (bolsa), por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:
• Caixa de registro e liquidação: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes; e
• Devedores/Cretores - Conta de liquidação pendente: representados pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço.

g) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	A
• de 31 a 60 dias	B
• de 61 a 90 dias	C
• de 91 a 120 dias	D
• de 121 a 150 dias	E
• de 151 a 180 dias	F
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrued*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições fiscais, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
i) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

j) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - 20% a 40% ao ano e, ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Intangível
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.
É composto por:

• **Software:** são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* não reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

m) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)
Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflète o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.
Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflète avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, o complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

o) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Disponibilidades em moeda nacional	16.682	5.643
Total de caixa e equivalentes de caixa	16.682	5.643
Aplicações no mercado aberto (1)	-	203.599
Total de caixa e equivalentes de caixa	16.682	209.242

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Acima de 360 dias	2019	2018
Aplicações no mercado aberto:			
• Posição bancada	685.000	685.000	203.599
• Letras do tesouro nacional	685.000	685.000	203.599
Total em 2019	685.000	685.000	203.599
Total em 2018	203.599	203.599	203.599

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

	2019	2018
Rendas de aplicações em operações compromissadas	28.446	20.759
• Posição bancada	28.446	20.759
Total (Nota 6c)	28.446	20.759

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Carteira própria		
Letras financeiras do tesouro	111.487	395.865
Notas do tesouro nacional	76	98
Certificados de depósito bancário	-	174
Títulos vinculados à prestação de garantias		
Letras financeiras do tesouro	41.612	16.254
Cotas de fundos de investimentos	25.115	23.704
Total	178.290	436.095

b) Classificação por categoria e prazos

	2019						Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado	2018
Títulos (1)	25.115	153.099	76	178.290	175.006	3.284	436.095	2.173	2.173
Letras financeiras do tesouro	-	153.099	-	153.099	152.896	203	435.823	2.169	2.169
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	174	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	76	76	65	11	98	4	4
Cotas de fundos de investimento	25.115	-	-	25.115	22.045	3.070	-	-	-
Total geral	25.115	153.099	76	178.290	175.006	3.284	436.095	2.173	2.173

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e
(2) Representado pelos títulos de carteira própria e vinculados à prestação de garantias, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ 1.970 mil (2018 - R\$ 1.304 mil), líquido dos efeitos tributários.

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	28.446	20.759
Títulos de renda fixa	11.816	25.579
Títulos de renda variável	31	(27)
Total	40.293	46.311

d) Instrumentos financeiros derivativos
A Ágora CTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos próprios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Curso normal						Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	Total em 2019 (A)	% (1)	Total em 2018 (A)	% (1)	2019	2018
Financiamentos	-	6.123	6.123	64,2	22.000	63,0	6.123	22.001
Outros créditos (2)	3.412	-	3.412	35,8	77	37,0	3.589	695
Total em 2019	3.412	6.123	9.535	100,0	22.077	100,0	9.712	22.696
Total em 2018	77	22.000	22.077	100,0	22.077	100,0	22.077	22.696

b) Modalidades e níveis de risco

	Curso anormal						Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Total em 2019 (B)	% (1)	Total em 2018 (B)	% (1)
Financiamentos	-	169	1	2	5	177	100,0	618	100,0
Outros créditos (2)	-	169	1	2	5	177	100,0	619	100,0
Total em 2019	-	169	1	2	5	177	100,0	619	100,0
Total em 2018	4	34	27	95	459	619	100,0	619	100,0

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Total em 2019 (A+B)	Total em 2018 (A+B)
Financiamentos	6.123	22.001
Outros créditos (2)	3.589	695
Total em 2019	9.712	22.696

(1) Em relação ao total da carteira; e
(2) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

b) Modalidades e níveis de risco

	Níveis de risco								Em 2019			Em 2018		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Financiamentos	2.025	5.473	-	-	-	-	-	-	-	6.123	63,0	22.001	3,1	
Outros créditos (1)	650	1.098	51	393	2	1	1	1	17	3.589	37,0	695	3,1	
Total em 2019	2.675	6.571	51	393	2	1	1	1	17	9.712	100,0	22.696	100,0	
Total em 2018	27,6	67,7	0,5	4,0	-	-	-	-	0,2	619	100,0	619	100,0	
%	1.260	20.816	1	35	27	6	5	83	463	22.696	100,0	22.696	100,0	
%	5,6	91,7	0,2	0,1	0,1	0,4	0,4	2,0	2,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.
(2) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

c) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Níveis de risco

	Níveis de risco								Em 2019		Em 2018		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	% (1)	Total	% (1)
Parcelas vencidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcelas vencidas (2)	-	-	-	169	1	-	-	2	5	177	100,0	619	100,0
1 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0,6
31 a 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	169	95,5	34	5,5
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	27	4,4
91 a 180	-	-	-	-	1	-	-	2	-	2	0,2	95	15,3
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	4,2	-	-
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	459	74,2
Subtotal	-	-	-	169	1	-	-	2	5	177	100,0	619	100,0
Provisão específica	-	-	-	6	-	-	-	-	5	11	11	529	85,9

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;
(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99; e
(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

II) Operações em curso normal (2)

	Níveis de risco								Em 2019		Em 2018		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	% (1)	Total	% (1)
Parcelas vencidas	650	5.473	-	-	-	-	-	-	-	6.123	64,0	22.035	99,8
1 a 30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	0,1
31 a 60	650	5.473	-	-	-	-	-	-	-	6.123	64,0	-	-
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.000	99,7
Vencidas até 14 dias	2.025	1.098	51	224	1	-	-	-	13	3.412	36,0	42	0,2
Subtotal	2.675	6.571	51	393	1	-	-	-	13	9.535	100,0	22.077	100,0
Provisão genérica	-	33	-	7	-	-	-	-	-	53	5,3	104	4,6
Total geral em 2019	2.675	6.571	51	393	2	-	-	2	18	9.712	100,0	22.696	100,0

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e
(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

III) Operações em curso normal (2)

	Níveis de risco								Em 2019		Em 2018		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	% (1)	Total	% (1)
Provisão existente	-	33	-	12	-	-	-	1	18	64	6,4	-	-
Provisão mínima requerida	-	33	-	12	-	-	-	-	18	64	6,4	-	-
Provisão complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral em 2018	1.260	20.816	1	35	27	6	5	83	463	22.696	100,0	22.696	100,0
Provisão existente	-	104	-	1	3	2	2	58	463	633	6,3	633	6,3
Provisão mínima requerida	-	104	-	1	3	2	2	58	463	633	6,3	633	6,3
Provisão complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e
(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

IV) Exposição

	Em dia	Operação						Total
		Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	
Operações de crédito	6.123	3.412	169	1	2	5	9.712	

d) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	2019		2018	
	R\$ mil	% (1)	R\$ mil	% (1)
Maior devedor	829	8,5	2.200	9,7
Dez maiores devedores	4.472			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
- Provisão específica (1).....	529	1.021
- Provisão genérica (2).....	104	55
Saldo inicial em 1º de janeiro.....	633	1.076
(Reversão)/Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(673)	228
Baixas para prejuízo.....	64	(671)
Saldo final em 31 de dezembro (Nota 7).....	104	633
- Provisão específica (1).....	11	529
- Provisão genérica (2).....	53	104

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior.
A Instituição não teve recuperação de créditos baixados como prejuízo e operações renegociadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

10) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros relativos à consultoria tecnológica de R\$ 1.558 mil (2018 - R\$ 1.385 mil).

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da participação em controlada".

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Quota de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social (%)	Lucro líquido	Valor contábil	Resultado de equivalência patrimonial		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Ágora Educacional Ltda.	1.574	2.309	1.574	99,999936	87	2.309	2.224	87	91

b) Outros investimentos no montante de R\$ 907 mil (2018 - R\$ 907 mil) referem-se, basicamente, a Título Patrimonial da B3 no valor de R\$ 898 mil (2018 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação
	2019	2018	2019	2018
Imóveis de uso:				
Imobilizações em curso...		512	-	512
Instalações, móveis e equipamento de uso.....	10%	7.899	(3.010)	4.889
- Sistema de segurança e comunicação.....	10%	2.466	(1.243)	1.223
- Sistema de processamento de dados.....	20%	18.048	(14.172)	3.876
Total em 2019.....		28.925	(18.425)	10.500
Total em 2018.....		19.882	(13.192)	6.690

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis são compostos por *softwares* adquiridos com valor de custo de R\$ 12.856 mil (2018 - R\$ 26.939 mil) e programa de reestruturação de R\$ 163.059 mil (2018 - R\$ 105.637 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 25.981 mil (2018 - R\$ 23.473 mil).

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgadas, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Ágora CTVM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

III - Movimentação das provisões

	Trabalhistas	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2018.....	778	4.404
Constituições líquidas de reversões.....	677	756
Atualização monetária.....	74	377
Pagamentos.....	(20)	(2.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Nota 14b).....	1.509	3.432

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Ágora CTVM figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 2.186 mil (2018 - R\$ 8.226 mil) para os processos cíveis e R\$ 8.249 mil (2018 - R\$ 6.782 mil) para os processos fiscais. Os processos fiscais com essa classificação são os seguintes: a) Autuação de IRPJ e CSLL, ano-base 2008, relativo a Incentivos à Inovação Tecnológica no valor total de R\$ 4.855 mil (2018 - R\$ 3.188 mil); b) Autuação de INSS, ano base 2010, referente à contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de PLR no valor total de R\$ 3.394 mil (2018 - R\$ 6.913 mil).

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Impostos e contribuições a recolher.....	3.651	1.952
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 24e).....	2.609	2.049
Total.....	6.260	4.001

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Participação dos empregados nos lucros.....	16.095	8.900
Provisão para pagamentos a efetuar de despesas de pessoal.....	6.723	1.497
Provisões cíveis (Nota 14b - III).....	3.432	4.404
Provisão para pagamentos a efetuar de outras despesas administrativas.....	1.595	4.617
Provisão para perdas.....	1.565	4.827
Provisões trabalhistas (Nota 14b - II).....	1.509	778
Credores diversos.....	495	265
Total.....	31.414	25.288

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 286.050 mil (2018 - R\$ 284.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 14.271.890 (2018 - 14.271.890) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Reservas de lucros.....	186.311	177.462
- Reserva legal (1).....	7.961	7.515
- Reservas estatutárias (2).....	178.350	169.947

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, sendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, pelo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio,

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os negócios ativos e passivos referem-se à execução de operações em conta de clientes nas bolsas de valores cuja liquidação financeira é efetuada em até D+3, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Outros créditos		Outras obrigações	
	2019	2018	2019	2018
Devedores/Credores por conta de liquidação pendente.....	106.818	7.655	615.873	334.242
Caixa e registro e liquidação Comissões e corretagens a pagar.....	-	23.278	63.959	15.775
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores.....	-	-	734	426
Total.....	106.818	31.024	680.723	350.530

9) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Dividendos.....	1	1
Serviços prestados - taxa de custódia e de administração.....	1.404	253
Total.....	1.405	254

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Créditos tributários (Nota 24c).....	10.718	9.032
Devedores por depósitos em garantia.....	8.796	8.508
Impostos e contribuições a compensar.....	7.221	6.020
Títulos a créditos a receber (Nota 7a).....	3.589	695
Adiantamentos e antecipações salariais.....	1.941	52
Outros.....	1.089	79
Total.....	33.354	24.386

intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucro existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.
O cálculo dos dividendos relativos ao exercício, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Lucro líquido.....	8.934	8.334
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(446)	(446)
Base de cálculo.....	8.488	7.888
Dividendos propostos.....	85	85
Percentual em relação ao lucro líquido.....	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações.....	0,01	0,01

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

17) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Rendas de corretagens de operações em bolsas.....	28.226	32.736
Comissão de intermediação de ações.....	8.193	6.450
Rendas de serviços de custódia.....	5.017	10.097
Comissões de colocação de títulos.....	2.427	764
Taxa de administração.....	922	1.818
Total.....	44.785	51.865

18) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Proventos.....	16.771	15.121
Participação dos empregados nos lucros.....	6.933	5.102
Encargos sociais.....	5.702	4.961
Benefícios.....	5.023	5.659
Provisões trabalhistas.....	751	196
Treinamentos.....	203	77
Outras.....	37	-
Total.....	35.420	31.116

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Processamento de dados.....	13.873	13.733
Serviços do sistema financeiro.....	11.148	15.775
Propaganda, promoções e publicidade.....	7.150	5.725
Depreciações e amortizações.....	5.448	7.040
Aluguéis.....	3.911	3.212
Comunicação.....	2.466	3.364
Serviços técnicos especializados.....	1.275	3.092
Manutenção e conservação de bens.....	1.238	1.308
Viagens.....	1.122	910
Outras.....	1.994	2.118
Total.....	49.625	56.382

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Contribuição à Confins.....	3.731	4.305
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.....	1.783	1.433
Contribuição ao PIS.....	606	700
Outras.....	58	182
Total.....	6.178	6.620

21) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Reversões de provisões de participação nos lucros.....	5.547	-
Receitas financeiras.....	544	509
Reversões de provisões.....	51	181
Outras.....	784	1.193
Total.....	6.926	1.883

22) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Provisões cíveis.....	1.133	756
Outras despesas financeiras.....	337	2
Multas e juros.....	34	36
Doações e patrocínios.....	22	193
Outras (1).....	155	17.118
Total.....	1.681	18.105

(1) Em 2018, refere-se substancialmente a ressarcimento a clientes.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2019	2018
Ativos		
Aplicações no mercado aberto.....	685.000	203.599
Disponibilidades.....	11.196	3.004
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	-	174
Passivos		
Dividendos a pagar (Nota 16c).....	85	-
Receitas de intermediação financeira.....	28.446	20.759
Outras receitas, líquidas de outras despesas, operacionais.....	-	467

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para o exercício de 2019 foram fixados o montante global anual de até R\$ 466 mil (2018 - R\$ 2.756 mil) para remuneração dos Administradores, e verba anual de até R\$ 196 mil (2018-R\$ 2.550 mil) destinada a custear o Plano de Previdência dos Administradores.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5